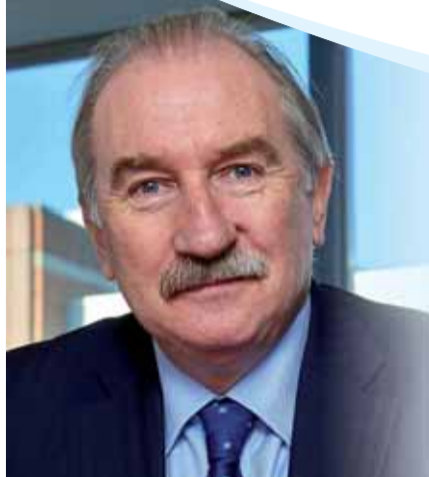




CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada Fevereiro de 2016 | PT



EDITORIAL

Morte, impostos e orçamentos

Diz o velho adágio que só há duas coisas certas na vida – a morte e os impostos. Por vezes, é tentador acrescentar-lhe uma terceira – os orçamentos. O Comité Económico e Social Europeu foi muito modesto nos seus pedidos orçamentais ao longo dos últimos cinco anos e obteve um aumento nominal total ligeiramente superior a 1%, o que corresponde a uma queda de cerca de 5% em termos reais. Face ao clima financeiro que se vive na Europa nos últimos anos, é evidente que as instituições da UE devem apertar o cinto, à semelhança do que muitas administrações nacionais tiveram de fazer. Mas tal não significa que tenha sido fácil realizar poupanças no Comité. Os níveis de pessoal sofreram, por exemplo, o que afetou claramente o ambiente de trabalho dos membros.

Há um aspeto particular que talvez convenha ter presente quando se trata de garantir a solidez das finanças públicas: a cooperação concreta e de grande amplitude entre o CESE e o Comité das Regiões Europeu. Os dois Comités partilham os serviços de tradução e de logística (edifícios, setor informático, segurança, etc.) e cofinanciam a maior parte dos trabalhos nestes domínios, utilizando uma chave de repartição acordada num montante aproximado de 40 milhões de euros por ano. Este valor exclui os custos de pessoal, uma vez que todos os funcionários e agentes estão afetados a um dos dois comités. Esta situação tem uma série de vantagens óbvias em termos de orçamento (economias de escala) e de qualidade da produção: a partilha de recursos da tradução, por exemplo, amplia o espectro das competências linguísticas disponíveis para ambos os comités.

Em 1 de janeiro deste ano, entrou em vigor um novo acordo de cooperação entre os dois Comités com uma duração de quatro anos. Permite criar um quadro firme para prosseguir esta excelente cooperação e, ao mesmo tempo, reforçá-la no sentido de garantir uma utilização dos fundos públicos ainda mais eficiente.

Os Comités continuam a ser politicamente independentes no âmbito do acordo de cooperação. Cada um deles desempenha um papel institucional próprio e distinto e possui uma identidade política específica. É um bom exemplo de cooperação interinstitucional. Todos saímos a ganhar com o acordo de cooperação – basta apenas um pouco de boa vontade e de bom senso. Feliz Ano Novo!

Michael Smyth
vice-presidente do CESE responsável pelo Orçamento

AGENDA

**16 e 17 de março de 2016 /
CESE, Bruxelas:**
reunião plenária do CESE

NESTA EDIÇÃO

2 Investigação e inovação responsáveis – ciência e sociedade civil a trabalharem em conjunto

3 CESE encerra ronda de onze missões aos Estados-Membros destinadas a enfrentar a crise dos refugiados e da migração

4 Tornar a economia circular uma realidade

Quarteto Tunisino e CESE: a nossa parceria é mais importante do que nunca

Cinco anos após a Revolução do Jasmin, que derrubou um regime autoritário e o seu presidente, os representantes do Quarteto Tunisino apresentaram a sua análise da situação atual do país na reunião plenária do CESE. A Tunísia destaca-se por vários fatores: um modelo de governação único baseado nas forças dinâmicas da sociedade civil, um exemplo de paz numa região dividida pela violência e pela guerra civil e um desafio económico no domínio da criação de emprego num país com uma população maioritariamente jovem.

O presidente do CESE, **Georges Dassis**, declarou: «Nós, representantes da sociedade civil europeia, queremos não só prestar homenagem hoje ao êxito alcançado numa região que atravessa tempos difíceis, mas também inspirar-nos nos vossos resultados para realizar o nosso trabalho e prestar apoio às vossas atividades atuais e futuras, tal como devemos ajudar todos os intervenientes da sociedade civil noutros países da região que estejam empenhados na criação



Georges Dassis, presidente do CESE, com Slim Ghorbel, membro do Conselho Executivo da Confederação da Indústria, Comércio e Artesanato da Tunísia (UTICA) e Ahmed ben Tahar Galai, vice-presidente da Liga Tunisina dos Direitos Humanos (LTDH), na plenária do CESE

de sistemas democráticos pluralistas e participativos.»

Slim Ghorbel, membro do Conselho Executivo da Confederação da Indústria, Comércio e Artesanato da Tunísia (UTICA), **Ahmed ben Tahar Galai**, vice-presidente da Liga Tunisina dos Direitos Humanos (LTDH) e **Kacem Afaya**, secretário-geral adjunto do Sindicato Geral dos Trabalhadores Tunisinos (UGTT), falaram do seu empenho no modelo único de parceria entre a Tunísia e a Europa. Esta parceria, em prol da

cooperação económica, social e cultural, tem de ser preservada e reforçada e deve assentar na sociedade civil. Salientaram que a Tunísia assiste ao início de uma nova era, em que as pessoas deixarão de participar na política para adquirir ou deter o poder e, em vez disso, a sua intenção será estabelecer a liberdade e a democracia. (cad)

Dilyana Slavova, presidente da Secção Especializada de Relações Externas (REX) presta homenagem ao Quarteto Tunisino na pág. 2.

CESE defende que os consumidores sejam participantes ativos no mercado da energia e que se assegure a transparência dos preços



Na reunião plenária do Comité Económico e Social Europeu (CESE) de 20 de janeiro de 2016, foi submetido a votação um pacote de três pareceres sobre a energia.

Para realizar os ambiciosos objetivos políticos da UE para o clima, será necessário configurar um novo mercado da energia, focado especialmente nas energias renováveis. Segundo o **parecer do CESE sobre a nova configuração do mercado da energia** (relator: **Lutz Ribbe, Grupo dos Interesses Diversos**), a UE terá de empreender mais medidas – nomeadamente melhorar a transparência dos preços da energia, para que reflitam

os custos reais da geração e os custos externos; permitir que os consumidores se tornem participantes ativos no mercado, recebendo para tal a informação e os recursos necessários; e eliminar os obstáculos que dificultam a entrada no mercado de um número crescente de iniciativas de autogeração e de abastecimento independente.

O **parecer do CESE sobre um novo quadro para os consumidores de energia** (relator: **Lutz Ribbe, Grupo dos Interesses Diversos**) foca-se principalmente nos consumidores e no papel essencial e proativo que desempenham nos mercados da energia. O CESE concorda com a Comissão quanto à necessidade de «colocar o consumidor no centro» da União da Energia. No entanto, os consumidores precisam de ter acesso a tecnologias inteligentes, a informação, a formação e a financiamento, para que possam participar ativamente no mercado da energia. Devem também ter a liberdade de intervir ativamente no sistema energético e ter o direito de escolher os produtores e distribuidores de energia que preferem, mudando facilmente de uns para outros.

O CESE apresentou também uma série de recomendações para garantir uma rotulagem eficaz e homogénea da eficiência energética em toda a Europa, através do seu **parecer sobre o quadro para a rotulagem da eficiência energética** (relator: **Emilio Fatovic, Grupo dos Trabalhadores**), elaborado em resposta à proposta da Comissão. As características do produto devem corresponder de facto às referidas no rótulo, os produtos colocados à venda devem ser objeto de controlos mais rigorosos e há que introduzir um regime de sanções que seja comum a toda a Europa. Além disso, os rótulos devem incluir outras informações destinadas aos consumidores, como a quantidade de energia que o produto consome e a sua esperança de vida mínima. Há que prestar especial atenção aos produtos importados de países terceiros, a fim de evitar a concorrência desleal e a fraude. (sg)



O sucesso da COP 21 depende das medidas que tomarmos já



o Presidente Georges Dassis. «Mas temos também de ter em conta que as indústrias poluidoras asseguram milhares de empregos e de rendimentos para as famílias e que, por isso, o processo de transição tem de ser acompanhado por um plano social.»

A transição para uma economia sem emissões de carbono ou hipocarbónica requer investimentos avultados e alterações no mercado de trabalho. Para fazer face a estes desafios, a UE tem de desenvolver esforços comuns e adotar medidas de proteção das pessoas expostas aos efeitos sociais da mudança, especialmente a perda de postos de trabalho. Por isso, o CESE manifesta-se vigorosamente a favor de uma União Europeia da Energia, mas também de um Diálogo Europeu sobre a Energia, que dê à sociedade civil um papel mais interventivo na condução da transição europeia para uma economia e sociedade hipocarbónicas.

A sociedade civil líder da transformação económica

O papel dos cidadãos será mais importante do que nunca. O CESE continuará a pressionar os governos para que respeitem os compromissos que assumiram e mobilizará os intervenientes não estatais para que trabalhem em conjunto, gerando soluções concretas nas empresas, locais de trabalho, organizações, cidades, regiões e comunidades. A mensagem tem que ser clara para toda a gente: **o custo da inação é muito superior** ao custo das mudanças necessárias. (sma)

A COP 21 foi um êxito, na medida em produziu um quadro ambicioso e universal, mas esse êxito só terá continuidade se alterarmos a forma como organizamos as nossas economias, que dependem de fontes energéticas. A sociedade civil pode ser importante na realização desta mudança. Os encargos da transição para uma sociedade hipocarbónica têm de ser partilhados de forma justa e equitativa, e devem ser acompanhados, sempre que necessário, de planos de cariz social. Esta transição será também uma fonte de oportunidades para a economia da UE, que devem ser aproveitadas.

Na sua 513.ª reunião plenária, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) debateu os resultados da COP 21 e o caminho a seguir. «Todos temos a responsabilidade de proteger o nosso planeta, o que significa que temos de parar de poluir», afirmou

BREVEMENTE NO CESE

Dia Europeu do Consumidor: Melhor regulamentação para os consumidores?

O 18.º Dia Europeu do Consumidor, evento organizado anualmente pelo CESE, terá lugar em 10 de março de 2016, em Bruxelas.

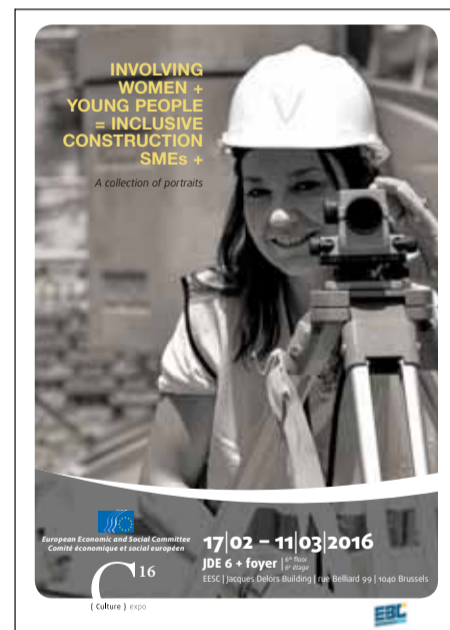
Reunirá representantes de organizações de consumidores, decisores políticos e instituições europeias para debater a iniciativa «Legislar melhor», os aspetos que a Comissão Europeia e as outras instituições devem ter em conta ao implementar esta nova estratégia e a melhor forma de assegurar que os consumidores não são lesados por esse processo. O debate focará as seguintes questões:

Por que motivo é que a melhoria da legislação é uma prioridade da Comissão e o que significa na prática? Os benefícios são superiores aos encargos?

Qual o papel das consultas públicas? Que aspetos há a melhorar na regulamentação, em benefício dos consumidores, e que aspetos devem ser mantidos?

Siga-nos no Twitter @EuropeanConsume, marcadores: #ConsumerDay #EESC #BetterRegulation. (sg/at)

Envolver mulheres + jovens = PME inclusivas no setor da construção



O primeiro evento cultural do CESE em 2016 será a exposição dedicada ao tema «Envolver mulheres + jovens = PME inclusivas no setor da construção». A exposição de fotografias ilustra o entusiasmo e as histórias de jovens e mulheres que trabalham no setor da construção civil. Trata-se do futuro do setor. Nestes tempos de desemprego, em especial para estes dois grupos sociais, o setor da construção oferece possibilidades concretas de integração no mundo do trabalho.

As fotografias são fornecidas pelos membros nacionais da Confederação dos Construtores Europeus (EBC).

A exposição estará patente entre 17 de fevereiro e 11 de março no Atrium 6 do edifício JDE. A inauguração será no dia 17 de fevereiro às 19 horas. ●

CESE apoia a libertação de crédito suplementar até 150 mil milhões de euros através de práticas de titularização seguras



O CESE apoiou a ideia de um sistema de titularizações simples, transparentes e normalizadas na Europa. Numa altura em que a Europa está ainda a sofrer as réplicas da crise financeira de 2008, desencadeada por um sistema de titularizações descontroladas e galopantes nos EUA, por que razão está este tema novamente em cima da mesa? Porque um novo sistema de titularizações na Europa ainda pode ser seguro, mediante determinadas condições, e gerar crescimento através da libertação de crédito suplementar.

Os riscos que tais operações acarretam deverão agora estar claramente entendidos e as responsabilidades

bem estabelecidas *a priori* em toda a cadeia, desde o emissor até ao investidor. Tal permitirá libertar um potencial de crédito significativo, que representará um valor adicional de 100 a 150 mil milhões de euros, bem como oportunidades de crescimento para os agregados familiares e as PME, atualmente afetados pelo acesso reduzido ao financiamento bancário.

No entanto, o CESE alertou para que este produto de investimento, ainda complexo, não se destine a grupos potencialmente «vulneráveis», como os pequenos investidores e os consumidores. Para estas categorias, o CESE solicitou a inclusão explícita na legislação de uma proibição formal. «Há que garantir clareza e transparência nas regras de titularização, por um lado, e proteção dos pequenos intervenientes, por outro: estes produtos só se adequam a investidores profissionais e institucionais», afirmou **Daniel Mareels**, membro do CESE (Grupo dos Empregadores) e relator do parecer.

O CESE apelou para uma supervisão adequada deste novo sistema, tanto pelo Banco Central Europeu como pelas autoridades nacionais de supervisão, e para uma avaliação após um período de dois anos. (cad)

Quarteto Tunisino para o Diálogo Nacional no CESE

Os membros do Quarteto Tunisino para o Diálogo Nacional, laureados com o Prémio Nobel da Paz de 2015, intervieram como oradores oficiais na reunião plenária do Comité em janeiro. O CESE reconhece o papel essencial desempenhado pelas organizações da sociedade civil na consolidação do processo democrático. Este é um trabalho crucial que a União Europeia reconhece e apoia desde há muito tempo.

A UE tem apoiado cada um dos membros do Quarteto e tem-nos consultado regularmente. A nossa relação com eles foi reforçada após a queda do Presidente Ben Ali em 2011 e a criação do Quarteto em 2013.

O Quarteto Tunisino para o Diálogo Nacional concebeu uma transição única para a democracia, na qual a sociedade civil desempenhou e continua a desempenhar um papel decisivo no que toca a preservar a unidade nacional e a democracia. Este processo

permitiu a adoção de uma Constituição que protege os princípios de uma sociedade pluralista, do Estado de direito e dos direitos humanos.

A determinação e sentido de responsabilidade do Quarteto servem de modelo para a resolução de crises na região. É por esse motivo que Federica Mogherini afirmou que «só a união nacional e a promoção da democracia podem abrir caminho à paz e à estabilidade.» O CESE continuará empenhado em apoiar as organizações da sociedade civil tunisina nos seus esforços de reforço e proteção do sistema democrático do país. Esse apoio será prestado através do nosso trabalho na região euro-mediterrânica, com a qual temos estado envolvidos desde 1995. ●

Dilyana Slavova, presidente da Secção Especializada de Relações Externas (REX)

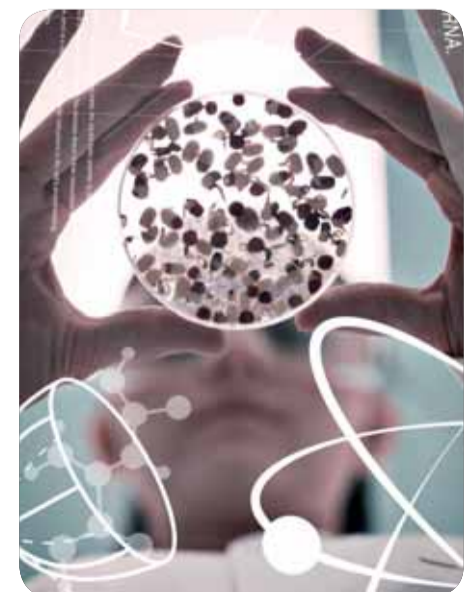
Investigação e inovação responsáveis – ciência e sociedade civil a trabalharem em conjunto

Em 14 e 15 de janeiro, quatro projetos financiados pelo 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento realizaram uma conferência em Bruxelas, coorganizada pelo CESE, para apresentarem as suas conclusões, mensagens objetivas e recomendações políticas sobre Investigação e Inovação Responsáveis (IIR).

A IIR é um processo, atualmente em curso, de adaptação da investigação e da inovação aos valores, necessidades e expectativas da sociedade. Trata-se de um dos objetivos específicos e transversais do programa Horizonte 2020, o maior programa de investigação e inovação da UE de sempre, que dispõe de um orçamento de cerca de 80 mil milhões de euros ao longo de 7 anos. Os quatro projetos, **Great**, **ProGRESS**, **ResAGorA** e **Responsibility**, têm em comum o objetivo de melhorar a nossa compreensão do conceito de IIR e de desenvolver métodos para facilitar a adoção de IIR em toda a Europa e para além dela.

«A investigação e a inovação são um pilar essencial na estratégia da UE para criar um crescimento sustentável e inclusivo e para gerar prosperidade», afirmou **Gonçalo Lobo Xavier**, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação. «Para o CESE, enquanto porta-voz da sociedade civil, o conceito de investigação e inovação responsáveis é da maior importância. Os cidadãos da UE precisam de compreender as razões e os objetivos dos diferentes projetos de investigação que se debruçam sobre cada domínio específico.»

Os participantes na conferência reconheceram que os decisores políticos e sociais começam a reconhecer o trabalho realizado relativamente à IIR. Todavia, para manter a dinâmica é necessário sair da esfera teórica e apresentar recomendações muito práticas sobre formas de ajudar os cidadãos a compreender melhor a investigação e a ter mais confiança na mesma. (sg)



Visita oficial do presidente do CESE à Bulgária centra-se no diálogo civil e social



Georges Dassis, presidente do CESE, com Lalko Dulevski, presidente do Conselho Económico e Social nacional da Bulgária

No dia 14 de janeiro, o presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), Georges Dassis, iniciou a sua visita de dois dias à Bulgária. Esta foi a sua primeira visita oficial em resposta a um convite efetuado por um Conselho Económico e Social nacional de um Estado-Membro da UE desde a sua eleição como presidente do CESE, em outubro de 2015.

Na sua visita à Assembleia Nacional da Bulgária, Georges Dassis foi presenteado com uma placa honorária pela presidente da Assembleia, Tsetska Tsacheva. A reunião incidiu sobre a possibilidade de organizar um fórum europeu, no intuito de procurar soluções

para os problemas dos jovens do sul da Europa e da Bulgária que migram para países do norte da UE. Abordaram-se outros temas, como os mecanismos suscetíveis de promover oportunidades para os jovens nos seus países de origem e de melhorar as políticas demográficas dos Estados-Membros.

Durante a reunião, Georges Dassis apresentou a proposta do CESE para a criação de um fundo europeu especial para o combate à pobreza nas regiões menos desenvolvidas da Europa. O presidente do Conselho Económico e Social nacional da Bulgária, Lalko Dulevski, reconheceu o contributo do presidente do CESE para o desenvolvimento da sociedade civil organizada na Bulgária, oferecendo-lhe um distintivo de honra.

Em 15 de janeiro, o presidente do CESE debateu possíveis políticas da UE destinadas a combater a pobreza e participou num debate com o vice-primeiro-ministro e ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Ivaylo Kalfin, sobre políticas demográficas e sociais. Visitou igualmente a Universidade de Economia Nacional e Mundial (UNWE). Por último, mas não menos importante, Georges Dassis reuniu-se com os presidentes sindicais búlgaros e membros do Comité Económico e Social Europeu, Plamen Dimitrov e Dimitar Manolov. (mm)

CESE encerra ronda de onze missões aos Estados-Membros destinadas a enfrentar a crise dos refugiados e da migração

Em 25 e 26 de janeiro, uma delegação do Comité Económico e Social Europeu visitou a Bulgária para falar em primeira mão com as organizações da sociedade civil sobre a sua experiência de trabalho no terreno no domínio das migrações e dos refugiados. A visita foi uma de doze missões organizadas pelo CESE – a onze Estados-Membros e outra à Turquia –, que começaram na Áustria, em dezembro de 2015, e terminaram com a visita à Turquia, em fevereiro de 2016.

Fizeram parte da delegação do CESE à Bulgária os membros **Evgeniy Ivanov**, **Veselin Mitov** e **Bogomil Nikolov**. Os membros reuniram-se com representantes de agências governamentais e não governamentais e visitaram dois centros de acolhimento, em Sófia e Harmanli. Durante as reuniões com ONG, refugiados, autoridades regionais e nacionais e voluntários, a delegação do CESE debateu os desafios enfrentados pelos diversos intervenientes. As reuniões focaram a identificação de problemas e de necessidades específicas, os casos de sucesso e as boas práticas utilizadas pelas várias organizações que lidam diretamente com a atual crise dos refugiados. Estas informações ajudarão a compilar um conjunto de boas práticas e de políticas comprovadas, com



© shutterstock-Janosy Georjely

o fito de criar um processo eficaz de acolhimento, recolocação ou integração dos refugiados.

Esta série de missões foi organizada pelo CESE como parte do seu programa de atividades locais, destinado a compreender melhor o trabalho das organizações da sociedade civil junto dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados. O CESE compilará as conclusões destas visitas e apresentará um relatório global na reunião plenária de março. As conclusões do relatório serão partilhadas com outras instituições e partes interessadas da UE. (mm)

NOTÍCIAS BREVES

Reunião de presidentes: Georges Dassis e Martin Schulz

Em 26 de janeiro, os presidentes do CESE e do Parlamento Europeu reuniram-se e concordaram em intensificar a cooperação entre as duas instituições. Em especial, debateram a forma de, em conjunto, protegerem os valores e conquistas da União Europeia, como a liberdade de circulação ao abrigo do Acordo de Schengen, e de promoverem o progresso social na UE. Relativamente a esta última questão, concordaram em elaborar propostas concretas sobre um futuro pilar europeu dos direitos sociais. O Comité promove desde há muito o debate sobre um protocolo social que garanta elevados padrões sociais e garanta a melhoria dos regimes de previdência europeus.

Alarmado com a situação dos refugiados e dos migrantes na Europa, o Comité sublinhou também o papel de liderança das organizações da sociedade civil e anunciou que iria apresentar em março ao Parlamento Europeu um relatório completo sobre a situação, recorrendo a informações recolhidas no terreno durante as missões de informação realizadas pelos membros do CESE em 11 países da UE e na Turquia (ver artigo acima). (cad)



Receção de Ano Novo no Palácio Real

É tradição que, no início do ano, os reis da Bélgica ofereçam uma receção aos representantes das instituições europeias em Bruxelas e aos chefes das representações permanentes junto da União Europeia. Este



ano, o CESE esteve representado pelo seu presidente, Georges Dassis, o vice-presidente Michael Smyth, o secretário-geral, Luís Planas, e pelo chefe da Unidade Conferências e Serviços Internos, Dominique-François Bareth. (ab)

Acesso ao mercado de trabalho: a forma mais fácil de alcançar a integração

Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE para a Comunicação, participou no primeiro «Diálogo Europeu sobre Competências e Migração», que teve lugar em 27 e 28 de janeiro, em Bruxelas.

O vice-presidente começou por explicar o papel que o CESE desempenha na análise da dimensão humana das políticas europeias, que inclui igualmente o destino dos refugiados. Nos pareceres previstos para 2016, o CESE prosseguirá o seu trabalho sobre a integração dos refugiados, uma política coerente em matéria de migração laboral e o pacote de medidas da Comissão sobre migração legal.

«A integração mais bem sucedida é aquela que se processa através do mercado de trabalho, uma vez que permite aos refugiados cuidar de si próprios, mas também, ao trabalharem em conjunto com os cidadãos europeus, ter uma perceção da cultura europeia e do estilo de vida na Europa», afirmou o Vice-Presidente Gonçalo Lobo Xavier.



O Comité Económico e Social Europeu (CESE) selecionou **33 escolas secundárias** de toda a Europa para participar na edição deste ano de «A tua Europa, a tua voz», que terá lugar em Bruxelas, de 17 a 19 de março de 2016. Entre mais de 400 candidaturas, foi selecionada uma escola de cada um dos 28 Estados-Membros da UE e, pela primeira vez, dos 5 países candidatos – Albânia, antiga República jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia e Turquia.

Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação, que supervisionou o sorteio com Renate Heinisch e Adam Rogalewski, também membros do CESE, afirmou que «em Bruxelas, estamos a debater questões fundamentais que afetarão os jovens ao longo dos próximos anos. Graças a esta iniciativa, as gerações futuras poderão exprimir-se claramente sobre o seu próprio futuro.»

A edição deste ano incidirá sobre a **migração**, que constitui uma das questões mais importantes para a Europa atualmente e que continuará a ocupar um lugar de destaque na agenda do Comité. Cada escola enviará a Bruxelas uma delegação composta por três alunos, com idades entre 16 e 17 anos, e um professor para participar numa reunião plenária de jovens que terá lugar em **17 e 19 de março**, em paralelo com a reunião plenária do CESE. Em Bruxelas, os alunos irão trabalhar em conjunto, realizar debates e propor medidas concretas a adotar em escolas e organizações de juventude para ajudar os jovens migrantes a integrar-se melhor e para aumentar a sensibilização sobre a importância de uma integração efetiva, especialmente para os refugiados mais jovens.

A primeira fase da iniciativa «A tua Europa, a tua voz» começará em breve com a visita de membros do CESE à escola selecionada no seu país, a fim de ajudar os alunos a preparar a reunião plenária de jovens, apresentando-lhes o funcionamento e as atividades do CESE e explicando o papel do Comité na arquitetura da UE.

Através desta iniciativa, o CESE – que representa a voz da sociedade civil – fará ouvir as vozes, experiências e ideias da geração mais jovem no processo decisório da UE. (dm)

Dado que a Europa está a enfrentar um declínio demográfico e uma crescente escassez de competências, importa ter em conta o que os nacionais de países terceiros têm para oferecer. As competências dos migrantes poderão nem sempre corresponder exatamente às necessidades do mercado de trabalho, pelo que é necessário um esforço especial para formar as pessoas e, em muitas profissões, a formação ocorre diretamente no local de trabalho. «Por conseguinte, o acesso ao mercado de trabalho é indispensável», afirmou. O CESE apela para uma harmonização dos instrumentos europeus, a fim de assegurar que todas as pessoas que permanecem legalmente na Europa tenham acesso imediato ao mercado de trabalho e direitos pessoais à residência. Tanto os empregadores como os migrantes necessitam de ter a segurança jurídica de que podem completar períodos de formação e emprego de duração razoável, mesmo que um pedido de asilo seja rejeitado durante a formação.

O outro extremo com que nos confrontamos é o dos migrantes com excesso de qualificações, cujas competências estão subaproveitadas em trabalhos não qualificados, porque as suas qualificações adquiridas no estrangeiro não são reconhecidas. É necessário melhorar o processo de reconhecimento, nomeadamente envolvendo os empregadores.

O vice-presidente do CESE salientou igualmente o papel importante das organizações da sociedade civil – empregadores e sindicatos – mas, em especial, das numerosas ONG que já ajudam os migrantes no acesso à educação, à formação e ao emprego e lhes prestam aconselhamento para resolver muitas das dificuldades da vida quotidiana. «São os cidadãos e a sociedade civil que assumem uma grande parte do ónus. Assim, é importante mantê-los informados e envolvê-los nas decisões, mas também ouvir as suas recomendações e preocupações», concluiu Gonçalo Lobo Xavier. (sma)

Tornar a economia circular uma realidade

Num cenário marcado por toneladas de resíduos e poluição, por um lado, escassez de recursos e de matérias raras, por outro, não há tempo a perder para se transitar de uma *economia linear* do tipo «usar e deitar fora» para uma *economia circular* em que os resíduos se tornam a «matéria-prima» de uma indústria de retransformação.

Após a retirada do anterior pacote de medidas para a economia circular, em julho de 2014, a Comissão Europeia

adotou um conjunto revisto de propostas destinadas a promover a transição para uma economia circular, em dezembro do ano passado. Para o CESE, é importante que estas propostas tenham impacto positivo não só no ambiente, como também na economia e no emprego. Por conseguinte, o CESE está a elaborar um parecer – a ser adotado em abril – sobre todo o pacote de medidas para a economia circular. A fim de assegurar que o parecer reflete os pontos de vista de todas as partes interessadas da sociedade civil europeia, o CESE organizou, em 28 de janeiro, uma audição pública intitulada «Tornar a economia circular uma realidade».

O papel inovador da sociedade civil

É incontestável que a economia circular conserva recursos e protege o ambiente. Ao mesmo tempo, tem um enorme potencial para criar emprego não só no setor dos serviços (reparação), mas também nos setores da reciclagem de resíduos e do fabrico de produtos concebidos ecologicamente. O principal desafio que se coloca à investigação e à inovação é o de transformar os produtos que atingem o final da sua vida útil em recursos completamente novos.

A sociedade civil já reconheceu que o atual modelo económico causará cada vez mais problemas se nada fizermos para o alterar. Em muitos Estados-Membros e regiões, a reciclagem de resíduos é já hoje um importante setor económico. Em algumas regiões, como no País Basco, a mudança para uma conceção ecológica de produtos também já está a ser feita: pequenas empresas uniram-se para – com o apoio do governo – criarem o *Centro de Conceção Ecológica Basco* e conceberem e executarem projetos inovadores de conceção ecológica, que tiveram grande êxito, quer em termos de rendimento, quer em termos de criação de emprego.

Fazer renascer a época do «Re» – reutilizar, reparar, refabricar

O processo de transformação para uma economia circular deve ser orientado por informações, incentivos e regulamentação, incluindo os requisitos de conceção ecológica, a normalização do rótulo ecológico e a rastreabilidade (por exemplo, a introdução de um «passaporte do produto»), mas também por novas garantias aos consumidores. Temos de fazer renascer a cultura da «reciclagem, reutilização, reparação». (sma)



O Reino Unido na UE: Em que é que isto lhe diz respeito?

O Grupo dos Interesses Diversos do CESE, presidido por Luca Jahier, está a organizar uma conferência em Manchester, a realizar na terça-feira, 8 de março, intitulada «O Reino Unido na UE: Em que é que isto lhe diz respeito?»

A permanência do Reino Unido na UE e o seu papel no futuro são, sem dúvida, uma das mais importantes questões políticas a debater nos próximos meses, tanto a nível nacional como a nível europeu. A decisão dos Estados-Membros da UE, em dezembro de 2015, de «cooperar estreitamente entre si para encontrar soluções mutuamente satisfatórias nos quatro domínios em causa na reunião

do Conselho Europeu de 18 e 19 de fevereiro de 2016» aumentou a pressão de tempo e fez com que a questão passasse a ser, claramente, do domínio público. Efetivamente, os movimentos populares e as iniciativas da sociedade civil que estão a surgir em todo o Reino Unido, a favor ou contra a permanência do país na UE, são excelentes exemplos da cidadania ativa que o CESE defende há décadas.

Neste contexto, o Grupo dos Interesses Diversos decidiu organizar um evento da sociedade civil em Manchester, Reino Unido. Concretamente, os objetivos da conferência são os seguintes:

- colaborar, escutar e aprender com a sociedade civil e os cidadãos britânicos;
- proporcionar um fórum em que as organizações da sociedade civil locais, os cidadãos, os meios de comunicação social e os agentes económicos, sociais e políticos se reúnem para debater abertamente os prós e os contras da permanência do Reino Unido na UE;
- demonstrar que o CESE e a sociedade civil europeia reconhecem a importância do assunto e que o resultado do referendo britânico terá repercussões diretas tanto para o Reino Unido como para os outros Estados-Membros da UE. (cl)

Comunicar a TTIP na Polónia

detalhadamente em Varsóvia sobre os desafios e as oportunidades da TTIP. Jacek Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores e relator do CESE para a TTIP, participou no painel de discussão organizado, durante a visita de Michael Froman, na Universidade de Varsóvia.

Jacek Krawczyk apresentou o trabalho do CESE sobre a TTIP, tendo salientado a posição que o Comité defende no seu primeiro parecer sobre a TTIP, ou seja, a de que só um acordo abrangente e ambicioso pode proporcionar os resultados esperados. Em seu entender, uma versão «mais leve» da TTIP não é uma opção. Realçou

a importância do diálogo transatlântico, quer para cada um dos Estados-Membros, quer para a UE no seu conjunto. A TTIP é uma oportunidade para reconsolidar e renovar o diálogo transatlântico. A conclusão pelos EUA do Acordo de Parceria Transpacífica (TPP) torna ainda mais necessário alcançar um acordo transatlântico ambicioso e abrangente.

Jacek Krawczyk louvou os esforços da comissão responsável pelo Comércio, Cecilia Malmström, para explicar ao público a TTIP e tornar o processo de negociação mais transparente. (lj)

A obsolescência programada novamente analisada pelo CESE

O CESE, que foi o primeiro entre as instituições da UE a levantar a questão da obsolescência programada num parecer de iniciativa em 2013, seguido de um programa mais abrangente que incidiu tanto na obsolescência programada como no consumo colaborativo entre 2013 e 2015 (para mais informações, ver brochura do CESE *Shaping Europe, 2015 edition* [Dar forma à Europa, edição de 2015], p. 26-27), encomendou um estudo, intitulado *Influence of Lifetime Information on Consumer* [Influência sobre os consumidores da informação relativa à duração de vida dos produtos], que está a ser realizado pela agência Sircome, pela Universidade da Bretanha do Sul e pela Universidade da Boémia do Sul. A publicação do estudo está prevista para o início de março. (dm)

NOVA PUBLICAÇÃO

Seminário dos meios de comunicação da sociedade civil – Comunicar sobre a política europeia de desenvolvimento

A edição de 2015 do seminário dos meios de comunicação da sociedade civil, organizada pelo CESE no Luxemburgo em finais de novembro, tornou a suscitar reações positivas – quase todos os participantes apreciaram o tema, os oradores e a organização geral.

Em breve estará disponível no sítio Web do CESE uma brochura com a síntese dos resultados, cujas conclusões principais são:

● Elaborar uma nova visão da política de desenvolvimento

A ajuda ao desenvolvimento não é uma obra de beneficência mas um investimento no futuro quer dos países em desenvolvimento quer dos países desenvolvidos. A comunicação sobre a política de desenvolvimento tem de mudar para refletir esta realidade e se adaptar às necessidades atuais.

● Comunicar sobre o desenvolvimento de forma coerente em todos os domínios de intervenção

A migração e as alterações climáticas integram-se na política de desenvolvimento. A comunicação sobre a política de desenvolvimento deve ter em conta o contexto mais vasto. A «dinâmica» gerada pela atual crise migratória poderia ser utilizada para comunicar a importância de apoiar os países em desenvolvimento.

● Mostrar aos jornalistas as diferentes facetas da política de desenvolvimento

O jornalismo sobre a política de desenvolvimento não pode centrar-se unicamente na ajuda – tem de abordar as questões de diferentes ângulos, para poder informar e inspirar o público e, assim, ajudá-lo a compreender questões mais vastas.

● Dar protagonismo às pessoas

Os artigos de interesse humano, a interatividade, a ênfase nas notícias positivas e o conteúdo de fontes locais são meios especialmente eficazes para comunicar a política de desenvolvimento.

● Ouvir a sociedade civil nas instituições da UE

A ideia original de um Ano Europeu para o Desenvolvimento partiu da sociedade civil e do CESE, o que mostra a importância de as instituições da UE ouvirem a sociedade civil e o modo como o CESE pode contribuir para a identificação dos temas que preocupam os cidadãos europeus e lhes podem interessar mediante uma comunicação adequada.

● Tirar maior proveito das oportunidades de comunicação e dos recursos

Os cidadãos comuns têm um papel a desempenhar na comunicação sobre o desenvolvimento. Podem contar a própria história muito melhor do qualquer agência publicitária – e grátis, ainda por cima!

● Desbruxelizar a comunicação – utilizar histórias, imagens e números

A «desbruxelização» da comunicação também significa substituir o «jargão europeu» por uma linguagem mais concreta, com recurso a imagens e histórias, que são importantes instrumentos de sensibilização. (sma)



Com as negociações sobre a TTIP em curso, tanto a UE como os EUA estão a redobrar os seus esforços para informar a respetiva população sobre a ideia do acordo e a evolução das negociações. Os representantes da sociedade civil assumiram um papel ativo neste processo. Em 25 de janeiro, o representante do comércio dos EUA, Michael Froman, pronunciou-se

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

Fevereiro de 2016 / 2

Editores:

Alun Jones (editor-chefe)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Alice Tétu (at)
Caroline Alibert Deprez (cad)
Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Leszek Jarosz (lj)
Milen Minchev (mm)
Siana Glouharova (sg)
Silvia M. Aumair (sma)

Coordenação geral:

Agata Berdys (ab)

Data do fecho desta edição: 1 de fevereiro de 2016

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors,
Rue Belliard, 99,
B-1040 Bruxelas, Bélgica
Tel.: (+32 2) 546 94 76
Fax: (+32 2) 546 97 64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em março de 2016



Serviço das Publicações